



AGRICULTURA FAMILIAR E A OCUPAÇÃO DO SOLO DE TERRA PRETA EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA RODOVIA AM-070 NO TRECHO ENTRE IRANDUBA E MANACAPURU – AM

Family agriculture and the occupation of Anthropogenic Dark Earth in archeological sites in the Highway AM 070 in the municipalities of Iranduba and Manacapuru, in Amazonas - Brazil

Francisco Everardo Girão¹

Ronisley da Silva Martins²

João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho³

Resumo

Este artigo trata sobre a relação entre a arqueologia, a agricultura familiar e a Terra Preta presentes na área abrangida pelo Projeto Diagnóstico Interventivo do Programa de Prospecção em Subsuperfície na Área de Influência Direta da Duplicação da Rodovia AM 070 nos municípios de Iranduba e Manacapuru, no Amazonas. Para isso realizou-se levantamento bibliográfico, pesquisa dos sítios arqueológicos existentes por meio de método dedutivo de natureza exploratória e sistematização em campo, sendo identificados e prospectados os sítios arqueológicos de relevante valor da cultura material e produção rural, sendo estabelecido um *grid* dos pontos de sondagens com abertura de unidades estratigráficas e registros de pontos com GPS, além de anotações técnicas escritas em fichas apropriadas e registros fotográficos das etapas da pesquisa. A relação entre o uso e a ocupação dos sítios arqueológicos Granja do Brito e Terra Preta na produção do espaço geográfico para a agricultura familiar demonstrou tradição no plantio de diferentes culturas ao longo dos sucessivos anos até os dias atuais. A agricultura familiar aparece desde tempos remotos nas áreas com a presença de Terra Preta, a qual serviu como meio de sobrevivência e forma de produção para comercialização em mercados e feiras da região. No entanto, as edificações na rodovia AM-070 em meados da década de 1970 e na atualidade com a duplicação da mesma, tem-se ressaltado a importância da preservação do patrimônio arqueológico local por meio dos projetos de diagnóstico e resgate arqueológico previstos e realizados na referida área.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Sítio Arqueológico; Terra Preta.

¹Mestre em Geociências pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Geógrafo pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Geógrafo da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR), Professor Universitário e Consultor da Empresa Cactus da Amazônia: Consultoria Especializada. E-mail: fcgirao@gmail.com.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Articulador Estadual do Turismo Rural na Agricultura Familiar no Amazonas. Consultor da Empresa Cactus da Amazônia: Consultoria Especializada. E-mail: ronisleymartins@yahoo.com.br.

³ Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas. Doutor em Geografia (FFLCH/USP) e Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (CCA/UFAM). E-mail: jdazevedo@hotmail.com.



Abstract

This article highlights the relationship between archeology, family agriculture and Anthropogenic Dark Earth in the area covered by the Intervening Diagnostic Project Subsurface Prospecting Program in the Area of Direct Influence on the Duplication of the Highway AM 070 in the municipalities of Iranduba and Manacapuru, in Amazonas. For this, a bibliographical survey was carried out, a survey of existing archaeological sites by means of a deductive method of exploratory nature and field systematization, and the archaeological sites of relevant material culture value and rural production were identified and prospected, establishing a grid of survey points with opening of stratigraphic units and GPS point records, as well as technical notes written on appropriate records and photographic records of the research stages. The relation between the use and occupation of the archeological sites Granja do Brito and Anthropogenic Dark Earth in the production of the geographical space for the familiar agriculture demonstrated tradition in the planting of different cultures throughout the successive years until the present day. Family farming has been occurring since remote times in areas with the presence of Anthropogenic Dark Earth, which served as a means of survival and form of production for marketing in markets and fairs of the region. However, the buildings on the AM-070 highway in the mid-1970s and nowadays with its duplication, it has been emphasized the importance of the preservation of the local archaeological heritage through the diagnostic and archaeological rescue projects foreseen and carried out in the mentioned area.

Keywords: Family Agriculture; Archaeological Site; Anthropogenic Dark Earth.

Introdução

O Estado do Amazonas tem tradição secular no cultivo de monocultura na agricultura familiar nos ambientes onde existe a presença da “Terra Preta”⁴ e dessa forma produzem alimentos para subsistência das populações ribeirinhas e indígenas, principalmente, entre os municípios de Iranduba e Manacapuru, na Área Diretamente Afetada – ADA, da Rodovia AM-070 (Manoel Urbano), que atualmente encontra-se em processo de duplicação.

A região hoje componente do Estado talvez aquela que mais desperta interesse e curiosidade, nacional e principalmente internacional, sendo considerada uma fronteira terrestre ainda inexplorada. Exerce fascínio tão especial que é capaz de gerar representatividade inesgotável de questionamentos, aguçando a mente humana. Segundo o IBGE (2010), o espaço geográfico Amazonense possui 3,2 milhões de habitantes, distribuídos

⁴ Terra Preta ou Terra Preta de Índio são “Sítios de ocupação humana pré-histórica na Amazônia são comumente encontrados próximos a cursos de água, ocupando várzeas, elevações marginais adjacentes e a terra firme interior em extensões de menos de um hectare disseminados em solos de terra firme, até vários quilômetros quadrados ao longo dos rios e interflúvios. Entre esses sítios são mais conhecidos os denominados Terra Preta (TP), além de uma variante menos evidente, a Terra Mulata (TM) (KÄMPF et al, 2009, p. 87).



pelos sessenta e dois municípios e cerca de duzentas Terras Indígenas, afora as comunidades tradicionais e ribeirinhas. Entretanto, este imensurável patrimônio natural e cultural, “conhecido” mundialmente, permanece praticamente desconhecido pelos próprios brasileiros e até mesmo pelos amazônidas.

Nesse sentido, os atrativos naturais e culturais do Amazonas revelam um lugar promissor. Assim, o que se anseia é preparar as potencialidades e convertê-las em produtos diferenciados, mais competitivos no mercado.

Nessa direção, é bem verdade que ocorreram avanços significativos nos últimos anos, porém ainda não tenham obtido destaque no cenário turístico nacional e internacional compatível com suas potencialidades e vocações.

No entanto, o meio rural no Brasil tem uma história importante na conjuntura de formação dos espaços urbanos, muito embora passados os anos, as grandes cidades surgiram entre os espaços rurais, apesar de se ter discernimento de que toda ação de desenvolvimento acarreta desequilíbrio econômico, social e cultural, principalmente, por que o país, como um todo, na quase totalidade de suas regiões tenham sido alvo de fluxo migratório das comunidades interiorana, expandindo (ou inchando) a população para os centros urbanizados.

Dessa forma, a produção agrícola passou de tradicional à escala industrial, o que provocou grandes mudanças ambientais aos ecossistemas das regiões brasileiras, que por alguns anos alavancou a economia nacional.

Neste panorama, o segmento turismo rural na agricultura familiar surge como alternativa de desenvolvimento das condições humanas no campo e o Amazonas apresenta-se com vocação potencial para essa atividade, pois existem inúmeras unidades produtivas familiares ribeirinhas e tradicionais desde tempos remotos, as quais alimentam a população local e asseguram a continuidade das atividades da agricultura familiar com vista a proteção do patrimônio natural e cultural da região e fixação o homem ao campo, seu local de origem.

Localização da área de estudo

Os Sítios Arqueológicos em destaque nesse artigo são o Sítio Arqueológico Granja do Brito e o Terra Preta (“Curica”) em função das suas dimensões territoriais, a



presença de “terra preta” e a quantidade de material cultural pré-colonial encontrado em superfície, bem como o uso e ocupação por agricultores familiares (Figura 01).

Figura 01–Mapa de localização dos Sítios Arqueológicos Granja do Brito e Terra Preta “Curica”



Fonte: Mapa Willer Hermeto, 2013.

O sítio arqueológico Granja do Brito está localizado no km 03 da AM-070, margem esquerda, no sentido Iranduba – Manacapuru no Amazonas (Figura 1).

Vale ressaltar ainda que a área de Terra Preta foi intensamente utilizada pela agricultura familiar com o cultivo de hortifrutigranjeiro e atualmente essa atividade não ocorre em função do proprietário está aposentado e sem condições físicas de trabalho na agricultura familiar, tornando-se atualmente residência da família.

Dessa forma, a referida localidade foi objeto de estudo com o resgate arqueológico do material cultural presente na área e conduzido para o laboratório de arqueologia da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), órgão do Governo do Amazonas pelo qual assumiu a guarda legal do material cultural junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, no Amazonas.

O Sítio arqueológico Terra Preta está localizado no km 62 da AM – 070, sentido Iranduba – Manacapuru, margem direita e sendo explorado atualmente pela agricultura



familiar com uma diversidade de cultura como pimentão, repolho, alface, tomate, cebolinha, chicória, além de frutíferas como o cupuaçu, mamão, melão, maracujá e outros.

Materiais e métodos

Buscou-se empregar uma pesquisa com procedimentos teóricos e metodológicos de forma integrada, para a compreensão geocológica, conforme Rodrigues e Silva (2010), no entendimento das relações social-cultural-ambiental e a interação no território.

Para a consolidação dos trabalhos, empregou-se o método dedutivo de natureza exploratória, por meio de pesquisas bibliográficas em fontes primárias e secundárias, que permitiu relacionar as informações e as fundamentações teóricas. Os procedimentos adotados seguiram as seguintes etapas: levantamento e sistematização dos dados coletados em campo, onde nessa fase foram identificados e prospectados os sítios arqueológicos com relevância em materiais culturais (cerâmicos e líticos) e produção rural.

No entanto, foi estabelecido um *grid* dos pontos a serem sondados, para se identificar a área com maior pacote com terra preta e densidade do material cultural, executado a abertura de unidades de escavação com controle estratigráfico nas áreas com maior incidência de material arqueológico, bem como na área com menor incidência com intuito de identificar os limites do sítio, além de anotações técnicas escritas em fichas apropriadas e registros fotográficos de todas as etapas da pesquisa.

Nas unidades estratigráficas onde foram encontrados os vestígios arqueológicos (Figura 02), ocorreu o resgate do material cultural acondicionado em sacos plásticos com pequenas perfurações para areação e identificados com pontos de GPS da origem do vestígio.

Assim, mesmo antes das sondagens, do tipo tradagem, foi estabelecido um polígono que delimitou a presença de sítio arqueológico e preenchido o cadastro nacional de sítio arqueológico exigido pelo IPHAN/AM.

O material cultural teve que ser analisado em laboratório onde foi feito a triagem e higienização, marcação, inventário e registro fotográfico, bem como análise de acordo com o tipo de vestígio (macro e microscópica com auxílio de lupa binocular), acondicionada em caixas de polionda e transferida para reserva técnica.

Figura 02 - Unidade estratigráfica, sondagem e materiais culturais arqueológicos



Fonte: Foto de Francisco Ednardo, 2013.

Na etapa de levantamento secundário, foi realizada uma pesquisa documental com base em publicações por meio de livros, relatórios técnicos e artigos referentes à temática, o que permitiu identificar os geoambientes da paisagem da área focal.

Geoambientes da Rodovia AM 070

A caracterização geoambiental de qualquer área na superfície terrestre diz respeito a interrelação existente entre os elementos que compõem as paisagens naturais e o fluxo de energia que é dissipado no sistema ambiental local, além de suas condicionantes e limitações, o que assegura maior eficácia no planejamento de qualquer atividade nos ambientes naturais e culturais.

Nessa perspectiva e no uso e ocupação do espaço geográfico, as alterações resultantes da relação antrópica e natural contribuem para a caracterização da geomorfologia, hidrografia, solo, geologia, vegetação, clima e outros da área de estudo.

A vegetação do município de Iranduba não difere, de forma geral, das feições paisagísticas dos ecossistemas amazônicos. A flora se destaca principalmente, pela presença da Floresta ombrófila densa em terras baixas, Campinarana arbustiva com palmeiras, Floresta ombrófila densa em terras baixas dossel uniformes, Floresta ombrófila densa em terras baixas dossel emergente e Floresta ombrófila densa aluvial (RADAMBRASIL, 1978).

Vale lembrar que, a Floresta de Terra-Firme, como regionalmente é conhecida, diz respeito a Floresta densa que possui árvores de grande porte e chegam a atingir mais



de 30 metros de altura. A cobertura vegetal desse tipo de floresta é muito densa e perene. As copas das árvores são compostas de ramos com folhas variadas.

As árvores estão subdivididas em três tipos; as árvores que conseguem se destacar na cobertura vegetal devido sua altura que ultrapassa as outras espécies, conhecida como camada emergente. Já as árvores que são responsáveis pela uniformidade da cobertura vegetal são aquelas que tem a mesma altura das árvores de pequeno porte, arbusto e ervas podem ser considerados sub-bosque ou submata: as espécies como Angelim, Maçaran-duba, Cedrorana e Louro, típicas deste tipo de floresta.

As planícies sedimentares na Amazônia são denominadas de várzea, na qual compreendem as áreas fluviais inundadas de deposição holocênica e pleistocênica (TEIXEIRA et al., 2007, p.29-36). Esses ambientes fluviais apresentam árvores que são próprias das áreas que tem inundações todos os anos em um determinado período, recebem depósito de sedimento que são carregados pelas águas do rio Solimões.

Já a Floresta secundária é conhecida como Capoeira e é constituída de áreas que foram antropizadas e após o abandono, são invadidas por plantas pioneiras como a Imba-úba (*Cecropia pachystachya.*), além de outras espécies rasteiras, onde são bastante diversificadas e de grande resistência, pois são expostas às elevadas temperaturas devido estarem em áreas abertas e rapidamente elas tomam conta de toda a área desmatada.

No entanto, a Campinarana é caracterizada por árvores que possuem em média vinte metros de altura e que formam um dossel. Dentre as espécies que são encontradas, se destaca o inajá (*Maximilian amaripa*) e a jurubeba (*Solano paniculatum*). A mata é fechada e de menor porte devido a presença de solo arenoso com grande insuficiência de nutrientes em função da lixiviação do solo, apresenta também uma forte acidez.

A bacia do rio Amazonas, a maior bacia hidrográfica do mundo, abrange uma superfície de aproximadamente 6.112.000 de km² e recebe uma precipitação média da ordem de 2.460 mm/ano (SALATI et al., 2002). Segundo Filizola et al. (2002), essa bacia se estende desde 79° de longitude Oeste no rio Chamaya, Peru, até 48° de longitude Oeste no rio Pará, Brasil, e de 5° de latitude Norte no rio Cotingo, Brasil, a 20° de latitude Sul no rio Parapeti, Bolívia. De acordo com Latrubesse (2007), a bacia Amazônica possui também a maior diversidade morfológica de planícies aluviais ou “várzeas” do planeta.



O município de Iranduba apresenta um complexo sistema de drenagem, sendo que o furo do Ariaú liga dois dos maiores sistemas fluviais do mundo, o rio Solimões/Amazonas e o rio Negro. Essa área apresenta dois ambientes bem distintos: a várzea e a terra firme. Isso propicia a existência de um diversificado ecossistema, com uma variada tipologia vegetal e pedológica (PINTO, 2013)

No Município de Iranduba, do ponto de vista das feições do relevo e diversidade paisagística encontra-se na área territorial e como tal, de estudo as unidades morfoestruturais da Planície Amazônica, Planalto Rebaixado da Amazônia (Ocidental) e Planalto Dissecado Rio Trombeta – Rio Negro, de acordo com o Projeto RADAMBRASIL, 1978.

Esta área por sua vez está inserida, segundo Ab'Saber (1953), num sistema de colinas tabuliformes, as quais se encontram localizadas numa vasta seção de tabuleiro de sedimentos terciários situado na confluência dos rios Negro e Solimões. As áreas aplainadas conservadas do planalto são reduzidas e restritas aos interflúvios. Considerando a geologia desta área existe uma formação de solos com sedimentos da Formação Alter do Chão e sedimentos do Quaternário.

Nessa direção, a compartimentação geológica da área é caracterizada pela presença da Formação Alter do Chão e Formação Solimões: a primeira é marcada por apresentar idade Cretácica Superior a Terciária, pertencente ao Grupo Javari e forma uma faixa considerável no Município de Iranduba, muitas vezes, ocorre confinada em grábens terciários encaixados nas rochas Siluro-Devonianas. Sendo constituída, principalmente, por arenitos feldspáticos/caulínicos, quartzo arenitos e conglomerados com estratificações cruzadas acanalada e tabular, interpretados como depósitos de canais fluviais; e a segunda, tem idade Plioceno Médio e Superior, recobrando a litologia do Complexo Xingu, Grupo Beneficente, Formação Roosevelt e Granitos Rondonianos, com a presença de aluviões holocênicos (RADAMBRASIL, 1978).

O clima da região de forma geral é marcado pelas fortes chuvas e calor intenso durante quase todo o ano. Segundo dados do RADAMBRASIL (1978), está classificado por precipitação pluviométrica alta, do tipo Am (chuvas do tipo monção), apresentando uma estação seca de pequena duração, mas devido aos totais elevados de precipitação possui umidade suficiente para alimentar florestas de características tropicais. Geralmente apresenta pluviosidade média anual 2500 mm, com temperatura média anual de 26°C, umidade relativa anual de 86%, sendo os meses mais secos de julho-novembro.



Contextualização da arqueologia no Amazonas

Faz-se necessário esclarecer, de início, o termo Arqueologia que é formado pela junção de dois vocábulos gregos – *archaios*, que significa antigo, e *logos*, estudo; assim, em termos etimológicos, significa o estudo do antigo.

Os primeiros registros referentes à coleta de materiais são fornecidos pelos naturalistas que percorreram a região a partir de meados do século XVI, sobre o comando do militar espanhol Francisco Orellana, acompanhado pelo Frei Gaspar de Carvajal, escriba oficial da expedição, e nas viagens por diferentes motivos e propósitos, os estrangeiros coletaram amostras de objetos representativos dos povos indígenas. Após a fase naturalista, brasileiros realizam estudos pontuais: Heloísa Alberto Torres que pesquisou o Marajó no Pará em 1960; Wanda Hanke que realizou levantamentos e escavações em sítios arqueológicos no Rio Purus no Amazonas em 1954-1958; Peter Paul Hilbert que coincide o mesmo período em outros que não se tem registros (MARTINS, 2012).

A Lei n.º 24, de 26 de julho de 1961 prevê que os vestígios arqueológicos “sítios, restos da cultura material, estruturas de alteração da paisagem, que representem testemunhos de culturas passadas do Brasil” são patrimônios, e, portanto, passíveis de tombamento. Mediante a lei citada, os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público.

São considerados patrimônios arqueológicos: os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rochas; (...) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; (...) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Art. 2º, Lei 3924/61).

Verifica-se que as primeiras pesquisas arqueológicas no Amazonas, e em particular no município de Iranduba, datam de aproximadamente 15 anos quando da passagem do Programa Amazônia Central (PAC), coordenado pelo Professor Doutor em Arqueolo-



gia, Eduardo Góes Noves, mentor intelectual do Curso Superior de Tecnologia em Arqueologia (desde 3 de julho de 2012, transformado em Bacharelado em Arqueologia, por decisão do Conselho Universitário da UEA).

O saldo apresentado pelo PAC é o de 78 sítios arqueológicos, apenas no município de Iranduba, nos quais cerca de uma centena de pesquisadores de outros Estados foi envolvida, cujos alguns deles escreveram seus trabalhos acadêmicos, grande maioria Mestrado e Doutorado.

Por outro lado o Estudo Prévio de Impacto Ambiental – Diagnóstico Arqueológico constante do EIA/RIMA, desenvolvido numa área inicial de 13.000.000m² (treze milhões de metros quadrado), vistoriou (não interventivamente) os igarapés do Testa - Sítios Igarapé do Testa I e Igarapé do Testa II (identificados pelo PAC e referidos pela MC Consultoria no 1º Relatório do Resgate da Ponte Rio Negro) do Chico Preto, ramais do Lago do Chico Preto e o de acesso à Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré e a do Hotel Amazon Fish, além da área dos lotes que estão localizados na margem direita do Rio Negro.

Dessa forma, neste Relatório Diagnóstico é apresentada uma Relação de Sítios, baseada nos dados oriundos dos Relatórios do PAC. Com relação a esta, uma tabela com uma listagem contendo a relação de 65 sítios arqueológicos constam do EIA/RIMA. Neste mesmo Diagnóstico, afirma-se que as áreas vistoriadas revelaram a existência de 17 sítios arqueológicos que somados aos dois do PAC (Lago do Testa I e II), totalizaram 19 sítios. Além da categoria sítio arqueológico propriamente dita, no Diagnóstico são referidos ainda, áreas com Potencial Arqueológico, em número de 9.

Assim, um outro dado obtido deste Diagnóstico, quando cita o PAC e informa que existem 65 sítios identificados. Dado que se contrapõe a listagem elaborada posteriormente, o que de certa forma caracteriza discrepância nas informações em que pese o fato dos dois autores terem sido componentes do Projeto citado (PAC), além de também terem sido orientandos do Dr. Eduardo Góes Neves, arqueólogo responsável pelos mais de 15 anos de existência do mesmo.

No mais, com vistas a facilitar a leitura (comparativa) entre os sítios arqueológicos identificados (alguns escavados), optou-se por apresentá-los após este texto introdutório, sobre o Panorama Arqueológico do Município de Iranduba.



Afora isto, independentemente da discrepância entre as informações, é importante que se registre a necessidade da realização de prospecção em superfície, exaustiva, em toda a área a ser ocupada pela Via de Acesso à Cidade Universitária, em razão de sua extensão e do fato de não ter sido referenciada no Diagnóstico, o mesmo com relação a área da Cidade, já que apenas porção ínfima da mesma foi alvo de prospecção não interventiva para compor o Diagnóstico Arqueológico constante do EIA/RIMA.

Portanto e com a finalidade de atualizar dados pertinentes a arqueologia em Iranduba, foi realizada visita técnica nos sítios arqueológicos Hatahari e Açutuba no município de Iranduba e próximo a AM-070, motivado pela disciplina Arqueologia da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas no semestre 2013.1.

Agricultura familiar e terra preta

As relações do agricultor familiar na produção de sistemas de cultivo em culturas permanentes e semipermanentes sobre o solo antrópicos (Terra Preta de Índio), retrata uma identidade cultural sobre o espaço e/ou território devido a caracterização da paisagem, onde as espécies botânicas típicas para o uso tradicional em atividades econômicas, extrativista, ervas para curas, ervas de amuletos e proteção ou pomares de subsistências associa o lugar a uma população.

Texeira et al. (2010) retratam que na Amazônia é considerado a existência de áreas em que o solo foi modificado pelo homem pré-colombiano. Esses solos são conhecidos como Terra Preta Arqueológica, Terra Preta de Índio, Terra Preta e Arqueo-Antropossolo.

Geralmente esses tipos de solo correspondem aos locais de antigos aldeamentos, são solos férteis que parecem não exaurir seu conteúdo químico mesmo em condições de floresta tropical. Por essa razão esses locais são frequentemente utilizados pelas populações tradicionais para cultivo de subsistência como mandioca, milho, banana, mamão e outros (TEXEIRA et. al., 2009).

Esses ambientes no contexto da agricultura familiar, vem sendo importante no debate sobre desenvolvimento rural no mundo e no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, com a disseminação da retórica do desenvolvimento sustentável, a partir de 1992, e com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura



Familiar), em 1996. Influenciado por organismos internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas), FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), OMC (Organização Mundial do Comércio), bem como por movimentos sociais rurais no Brasil, o governo federal reconhece a importância das unidades de produção e vida familiares e de seus membros, direcionando políticas públicas e crédito para a agricultura familiar.

A introdução de atividade mercantil no Brasil no processo de colonização iniciou-se com a exploração extrativa das drogas do sertão e a monocultura agrícola (plantation). Por outro lado, a agricultura já era praticada pelos primeiros habitantes dessas terras sustentando vários e grandes grupos populacionais distribuídos pelo imenso território, utilizando técnicas tradicionais de cultivo e de colheita, observados ainda hoje em algumas localidades na Amazônia.

Assim, a característica da agricultura familiar é pertinente àquele agricultor que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São considerados também silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores que atendam simultaneamente a estes critérios, dentre outros citados na Lei nº 11.326 (MINTUR e MDA, 2008).

Nesse sentido, o estudo apontou, nos sítios arqueológicos, relevantes produções da agricultura familiar com plantio em sistema de leiras e plasticultura em hortaliças (Figura 03) tendo como cultivo: Couve (*Brassica oleracea*), Abóbora (*cucurbita pepo*), Alface (*Lactuca sativa*), Pepino (*Cucumis sativus*), Batata (*Solanum tuberosum*), Berinjela (*Solanum melongena*), Chicória (*Chicorium intybus*), pimentão (*Capsicum cordiforme*), Repolho (*Brassica oleracea*), Tomate (*Solanum lycopersicum*).



Figura 03 – Sistema de leiras e plasticultura em hortaliças no Sítio Arqueológico Terra Preta em Manacapuru – AM



Fonte: Foto de Francisco Girão, 2013.

Mediante as políticas públicas de incentivo por meio do PRONAF e a evolução do discurso sobre o desenvolvimento sustentável, o espaço rural brasileiro passa a incorporar diversas atividades não-agrícolas denominada de pluriatividade, novas funções produtivas no meio rural. Influenciados por experiências, sobretudo europeias, que evidenciam as múltiplas funções do mundo rural (multifuncionalidade), amplia-se no Brasil o debate teórico- conceitual sobre a agricultura familiar e sua possível ligação com a sustentabilidade (SILVA, 2001).

No entanto, a atividade do Turismo Rural na Agricultura Familiar vem ganhando destaque no Brasil desde 1990 por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Ministério do Turismo – Mtur, quando surgem as primeiras iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, incluindo este segmento turístico na força de trabalho da agricultura familiar e conseqüentemente na cadeia produtiva do Turismo.

Dessa forma, surge a possibilidade de valorização do Turismo como ofertas de atividades ligadas ao entretenimento, lazer, esporte, cultura, culinária típica, hospedagem e técnicas produtivas tradicionais o que gera alternativa econômica significativa na renda familiar com oportunidade de geração de trabalho e melhoria das condições de vida das populações locais.

Nessa direção, o Turismo fortalece a agricultura familiar, que apresenta características distintas com a rica diversidade natural e cultural aliada às principais matrizes que



formaram a identidade brasileira, com destaque para as culturas tradicionais, africanas e europeia, com aporte da contribuição indígena.

Além disso, existe ainda uma interação direta entre a agricultura familiar, conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, o que remetem fortes apelos ao desenvolvimento do turismo na agricultura familiar. Essa atividade econômica alternativa tem vocação para preservar a herança cultural, natural e assegurar as continuidades das tradições para as próximas gerações.

Sítios arqueológicos e influência da rodovia AM – 070 (Manoel Urbano)

Os inúmeros sítios arqueológicos existentes na área focal, alguns tem influência visível na AM 070. Vale ressaltar que nesse artigo tem atenção especial ao Sítio Arqueológico Granja do Brito (km 03) e Terra Preta (km 63), da referida rodovia, conforme figura 01.

Dessa forma, o Sítio Ganja do Brito está localizado na margem esquerda do km 03 da rodovia AM – 070, no sentido Iranduba-Manacapuru, já o Sítio Arqueológico Terra Preta (Curica), está inserido do lado oposto da mesma rodovia, no km 63.

Assim, vale lembrar que alguns fatores chamaram atenção na escolha dos referidos sítios. O primeiro por apresentar uma considerável quantidade de Terra Preta e ter seu uso e ocupação no presente pela agricultura familiar, além das proximidades da cidade de Manaus e separado pela ponte Luiz Inácio Lula da Silva, “Ponte Lula” ou ainda “Ponte do Rio Negro”, que liga Manaus aos municípios de Iranduba e Manacapuru, no Amazonas.

Sítio arqueológico granja do Brito

O Sítio Arqueológico Granja do Brito está localizado do lado esquerdo da rodovia estadual AM – 070 no sentido Iranduba – Manacapuru, no Amazonas, conforme visto na figura 01. Tem aproximadamente 500 metros de largura e 300 metros de comprimentos, onde desde os anos sessenta é utilizado para agricultura familiar, com a produção de hortaliças. Na atualidade encontram-se suspensas as atividades agrícolas familiares em função do proprietário estar aposentado e sem condições físicas de prosseguir com os trabalhos da agricultura familiar.



O referido sítio encontra-se cerca de 20 metros da margem da AM-070, o qual necessita de resgate arqueológico antes das mudanças previstas com o alargamento da citada via pública.

A área onde se encontra o referido sítio arqueológico é de capoeira em terreno relativamente plano e ocupado pela família do senhor Antonino Brito desde a década de 1960 e que passou por intervenções como plantio de hortaliças, criação de porcos e edificações de pequeno porte em alvenaria. Atualmente, não há manejo do solo, muito embora os canteiros de hortaliças, bastante degradados permaneceram no local, a servir como testemunho das atividades econômicas pretéritas.

Os vestígios arqueológicos estão dispersos pela superfície da área a partir da pista central da Rodovia AM-070, denotando que o sítio poderia ser maior ou contínuo com o sítio arqueológico “Fazenda Tomoda” identificado por empresa de arqueologia.

Sítio arqueológico Terra preta “Curica”

O Sítio Arqueológico “Curica” está situado na AM-070, no km 63, margem direita no sentido Irlanduba-Manacapuru. O terreno apresenta aproximadamente 200 metros de frente e 3km de comprimento e sendo utilizado na atualidade na produção de hortifrutigranjeiro, além de frutíferas.

A referida área é explorada pela agricultura familiar a cerca de cinquenta anos e constituída totalmente por “Terra Preta”, caracterizado como sítio arqueológico cerâmico pré-colonial e deverá ser resgatado antes do início da movimentação de solo na localidade para intervenção da duplicação e alargamento da via. O citado sítio encontra-se a 5 metros da AM -070, no município de Manacapuru, e vem sendo impactado desde os anos 70, ainda na concepção da referida rodovia.

Nesse sentido, toda a área do referido sítio é utilizada para agricultura de subsistência e comercialização local. Trata-se de uma área completamente desflorestada desde tempos remoto e utilizada para produção de hortifrutigranjeira em função da fertilidade do solo de Terra Preta a qual todo material em superfície e subsuperfície está comprometido pela movimentação de máquinas para a produção das culturas desenvolvidas, como repolho, pimentão, tomate, alface, cebolinha, coentro, pepino, além das frutíferas tendo como o principal o mamão, limão e laranja entre outros.



Considerações finais

A história da ocupação pré-colonial da Amazônia é contada por intermédio da análise e interpretação de registros materiais deixados pelos povos que habitaram no passado essa região. Pela durabilidade das cerâmicas em relação a outros artefatos utilizados no cotidiano desses grupos indígenas, além da sua considerável ocorrência, estes são os vestígios arqueológicos mais utilizados para compreender as sociedades horticultoras pré-territas.

A agricultura familiar aparece desde tempos remotos nas áreas com a presença de Terra Preta, o que foi constatado nesse artigo nas áreas onde estão localizados os sítios arqueológicos aqui apresentados, num primeiro momento, serviu como meio de sobrevivência e posteriormente como forma de produção para comercialização em mercados e feiras da região.

Dessa forma, este tipo de relação com o espaço geográfico que hora protege e garante a subsistência das famílias de agricultores familiares, por outro lado provoca impactos ambientais consideráveis com a movimentação de solos para a produção com o uso de máquinas ao longo de décadas.

Portanto, é salutar entender os sítios arqueologia estudados com a presença da Terra Preta como de fato um sítio arqueológico em função da quantidade significativa de material cultural cerâmico ou lítico presente, bem como a fertilidade do solo observado no desenvolvimento das culturas existentes nos espaços produzidos pelos povos pretéritos e atuais que se relacionavam de maneira harmoniosas com aqueles ambientes, o que remete a sustentabilidade de distintas gerações garantindo a preservação e conservação do patrimônio cultural amazônico.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A Cidade de Manaus**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB Seção São Paulo, nº 15, 1953.

FILIZOLA, N.; GUYOT, J-L; MOLINIER, M.; GUIMARAES, V., OLIVEIRA, E., FREITAS, M.A. Caracterização Hidrológica da Bacia Amazônica. IN: RIVAS, A; FREITAS, C. (Org.). **Amazônia uma perspectiva interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2002, p.33-53.

KÄMPF, Nestor; WOODS, William; KERN, Dirse C.; CUNHA, Tony J. Classificação das Terras Pretas de Índio e Outros Solos Antrópicos. IN.: TEIXEIRA, Wenceslau G.;



KERN, Dirce C.; MADARI, Beata; LIMA, Hedinaldo N.; WOODS, William (Edit. Téc.). **As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas.** Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009, p. 87-102.

LATRUBESSE, EM; SILVA-CAMINHA, SAF; COZZUOL, M; ABSY, ML. Late Miocene continental sedimentation in southwestern Amazonia and its regional significance: Biotic and geological evidence. **Journal of South American Earth Sciences** 23 (1), 61-80, 2007.

MARTINS, R.S. et al. **Pedagogia Intercultural.** Manaus. UEA Edições, 2012.

Ministério do Turismo. MINTUR; Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. MDA. **Caminho do Brasil Rural – agricultura familiar turismo e produtos associados.** Brasília: Mintur/MDA. 2008.

PINTO, W. H. A. **Uso das imagens SAR R99B para Mapeamento geomorfológico do furo do Ariáú no município de Iranduba-AM.** Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 2013.

PROJETO RADAMBRASIL, **Folha SA.20- Manaus. DNPM** (Rio de Janeiro), Levantamento de Recursos Naturais, XVIII. 1978.

RODRIGUES, J M M (Org.); SILVA, E V; CAVALCANTI, A P B. **Geocologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental.** 3ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SALATI, Eneas, LEMOS, H.M.de, SALATI, Eneida. Água e o desenvolvimento sustentável. In: REBOUÇAS, A.C.; BRAGA, B.; TUNDSI, J.G. (Org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação,** 2. Escrituras, São Paulo, 2002.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados.** Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. Vol.15, n. 43, 2001.

TEIXEIRA, W.G. KERN, D.C. MADARI, B.E. LIMA, H.N. WOODS, W. **As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas.** Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas. EMBRAPA, 2009.

TEIXEIRA, W.G.; PINTO, W.H.; LIMA H.N.; MACEDO, R.S.; MARTINS, G.C.; ARRUDA, W.D.C. Os solos das várzeas próximas a calha do Rio Solimões – Amazonas no Estado do Amazonas, in: IBAMA (Ed.), **Workshop Geotecnologias Aplicadas às Áreas de Várzea da Amazônia,** Ibama, Manaus. 2007, p. 29 – 36.



MARUPIARA

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE PARINTINS

Trabalho apresentado em 19/02/2017

Aprovado em 27/05/2017